



RESOLUÇÃO

A EUROPA DOS PRINCÍPIOS TEM DE PASSAR À ACÇÃO POR UMA EUROPA VERDADEIRAMENTE SOCIAL E SOLIDÁRIA

A Europa enfrenta hoje desafios relativamente aos quais as decisões que forem assumidas se podem revelar determinantes para marcar o rumo das políticas e mesmo o futuro de um espaço fundado nos princípios da paz, da solidariedade, do respeito pelos direitos fundamentais, da convergência e harmonização de elevados níveis de protecção e mesmo da consolidação de uma visão social para o Mundo.

No Conselho Europeu de 17 e 18 de Março estarão na agenda, mais uma vez, matérias que ilustram bem a encruzilhada em que os decisores políticos se encontram e de que forma estes, em função das posições que assumirem, se poderão aproximar, ou afastar, dos desígnios fundadores do projecto europeu, e até da visão que os cidadãos têm para a Europa.

A primeira destas matérias, que a UGT teve oportunidade de debater com o Governo na reunião de Concertação Social de 14 de Março, respeita ao Semestre Europeu, processo ao qual Portugal, após o termo do Programa de Ajustamento Económico e Financeiro, se encontra sujeito e, no âmbito do qual, não apenas o nosso País está obrigado a um conjunto de procedimentos (*envio do PNR-Programa Nacional de Reformas e do PEC-Programa de Estabilidade e Crescimento*) como é objecto de avaliações e recomendações regulares pela Comissão Europeia.

O Primeiro-Ministro, na referida reunião de CPCS, anunciou a sua intenção de envolver os Parceiros Sociais na preparação daquele que é porventura o documento mais abrangente e estrutural da política económica e social - o Programa Nacional de Reformas.

Esta é uma decisão que não podemos deixar de saudar como muito positiva e que encaramos como um sinal da vontade de aprofundar a participação dos Parceiros Sociais em todas as fases do Semestre Europeu.

A UGT há muito que vem alertando, e não deixou de o fazer perante o Primeiro-Ministro, em sede de Concertação Social, que toda a intervenção da UE - e no Semestre Europeu tal não é excepção - se encontra quase exclusivamente centrada no pilar económico em detrimento do pilar social, sendo essencial que a governação europeia se afirme num equilíbrio entre as vertentes económica e social.

A insistência em políticas de austeridade sobre austeridade, e na obsessão cega pela consolidação orçamental, não é decerto o caminho que queremos, mas é a marca colocada pela Comissão Europeia na sua acção, incluindo no quadro do Semestre Europeu, com as suas recomendações a deixarem isso particularmente claro.

É inaceitável que, mesmo reconhecendo os problemas vivenciados por Portugal (***redução dos custos do trabalho, salários a crescer abaixo da produtividade, desemprego elevado, aumento da pobreza, particularmente entre trabalhadores no activo***), se continue a defender, de forma pouco consequente e até incongruente, o mesmo tipo de ajustamento e o mesmo tipo de soluções.

A pobreza aumentou entre os que trabalham, mas as Instituições comunitárias continuam a pôr em causa o aumento negociado do salário mínimo (um dos instrumentos mais fortes no combate à pobreza) **e o aumento dos salários em geral.**

Referem-se os problemas da negociação colectiva, mas a receita continua centrada no reforço da negociação ao nível da empresa, ignorando a desvalorização imposta (pela própria Comissão) à negociação sectorial.

Referem-se os graves problemas no mercado de trabalho (*Desemprego de Longa Duração, jovens, emigração*), mas ainda assim continuam a defender-se as mesmas políticas do passado – controlo da evolução dos salários, maior flexibilidade, ou ainda a fazer prevalecer os constrangimentos orçamentais sobre as necessidades sociais (protecção no desemprego, reforço das políticas activas de emprego, etc..).

E esta é uma lógica que parece ser transversal e imperar em toda a intervenção das instituições europeias, mesmo quando uma visão mais social parece começar a despontar no discurso de ALGUNS responsáveis políticos.

Veja-se o novo Pilar Europeu dos Direitos Sociais, iniciativa do Presidente Juncker, apresentada a 8 de Março. Trata-se de uma iniciativa ambiciosa e que procura estabelecer princípios e direitos sociais mínimos, afirmando-se como uma tentativa de contrariar a visão mais economicista e austeritária da Europa.

No entanto, suscita fortes preocupações ao movimento sindical europeu, a que a UGT se associa, pela forma como aborda temas como a flexigurança, o papel da negociação colectiva e do diálogo social na promoção e fixação de salários justos, o papel da protecção social e dos serviços públicos essenciais à população.

Em vez da reafirmação de um verdadeiro Pilar Social, a Comissão parece encaminhar-se no sentido de, mais uma vez, querer assegurar que o *acquis social* europeu não constitua um entrave ao aprofundamento do Mercado Único e da governação económica, o que será sempre inaceitável para o movimento sindical.

Tal parece-nos tão mais gravoso quando constatamos que este Pilar Social poderá aplicar-se apenas aos Estados-membros da Zona Euro, agravando os perigos de uma Europa, não a duas, mas a várias velocidades, que outros factores vêm já originando.

A este propósito, justificam-se sérias preocupações em relação à recente negociação com o Reino Unido, durante a qual este, anunciando colocar-se dentro da União, se recusa a seguir algumas das suas regras, seguindo uma orientação política que pode ter um efeito de arrasto, levando outros Estados-membros a exigir "tratamentos diferenciados próprios" no espaço comunitário, ou a que a entrada de novos Estados na UE se possa fazer sem a garantia do respeito de direitos fundamentais sociais e humanos.

Este não é o caminho que queremos para a Europa. É um caminho que apenas aprofundará as divisões, as divergências e o risco de desagregação que hoje se tornam cada vez mais claros para os cidadãos europeus, mesmo em questões de carácter humanitário.

Os riscos são visíveis em situações como **a actual crise dos refugiados**, matéria que estará também em discussão no Conselho Europeu de 17 e 18 de Março, e **é com**

extrema preocupação que assistimos às posições de alguns Estados-membros, assumindo a defesa isolacionista do exclusivo interesse nacional, ou preferindo dar apoios financeiros para aliviar consciências, ignorando que o respeito pelos direitos fundamentais e a solidariedade são verdadeiros pressupostos fundacionais da União Europeia.

A UGT saúda aqui a posição assumida pelo Governo Português.

A disponibilidade política, a que se junta de uma forma notável o envolvimento da sociedade civil no processo, e os meios accionados para o acolhimento de cerca de 5000 refugiados, mesmo num País que enfrenta as dificuldades que todos conhecemos, evidenciam que nem todos esqueceram o verdadeiro espírito europeu.

Esperemos que este Conselho Europeu não deixe de assumir decisões que espelhem esse mesmo espírito e que o Governo Português assumira a linha da frente na defesa dessas decisões. Este é o desejo da sociedade civil, expresso nomeadamente nos vários pareceres do Conselho Económico e Social Europeu, que mereceram o pleno apoio dos representantes da UGT, exigindo solidariedade para os refugiados e a manutenção e o reforço do Espaço Schengen, quando alguns querem e promovem a sua suspensão.

Uma nota final deve ir para a valorização do diálogo social, enquanto vector essencial para a construção de uma Europa que se quer cada vez mais democrática, participada, verdadeiramente promotora da coesão social e territorial e alinhada com o verdadeiro desígnio europeu.

No passado dia 8 de Março, a Comissão apresentou uma proposta de revisão da chamada Directiva de Destacamentos.

Antes de mais, esta proposta mereceu uma forte crítica por não ter sido objecto de qualquer consulta, ou discussão prévia por parte dos parceiros sociais europeus, o que motivou uma carta conjunta de todos – sindicatos e empregadores – à Comissão Europeia, exigindo que tal procedimento seja corrigido e salientando, também aqui, ***“que existe já um conjunto de problemas complexos que esperamos que a Europa ultrapasse unida, sem abrir debates imprevisíveis e divisionistas”***.

A proposta de alteração à Directiva, contendo aspectos positivos como o alargamento de trabalhadores abrangidos, ou o reforço dos direitos salariais, não deixa de ter problemas profundos que importa ainda resolver e que, de alguma forma, reflectem uma certa visão para o Mercado Único em que os direitos laborais e o papel do diálogo social aos seus vários níveis são colocados em segundo plano.

A UGT apoiará todos os esforços da Confederação Europeia de Sindicatos (CES), bem como de todas as organizações sindicais internacionais onde os nossos sindicatos se encontram filiados, nomeadamente junto do Parlamento Europeu, no sentido de serem introduzidas alterações importantes no que concerne ao pleno reconhecimento do direito dos sindicatos negociarem em favor dos trabalhadores destacados (eliminando a restrição de aplicação aos mesmos apenas das convenções colectivas de carácter geral) e de redução da excessiva duração dos destacamentos (que podem ir até 24 meses).

Nesta, como em todas as matérias e nas várias sedes em que estamos presentes, lutaremos pela valorização do diálogo social e por uma Europa em que a governação seja tão económica como social, pelo que continuaremos a apoiar a pretensão da CES no sentido da existência de um Protocolo de Progresso Social, associado claramente aos Tratados da UE, recentrando as questões sociais, os direitos fundamentais e os serviços de interesse geral como pilares basilares da União Europeia.

Os parceiros sociais, nacionais e europeus, têm uma voz e têm demonstrado saber ser parte das soluções e compromissos a assumir, e tal não pode ser esquecido, ou secundarizado, pelas instituições comunitárias.

A UGT e o movimento sindical europeu estarão na primeira linha para recordar que se se negligenciarem os objectivos em termos de emprego, de desenvolvimento social e de sustentabilidade ambiental - que estão subjacentes à Estratégia UE 2020 – daí resultarão custos económicos e sociais indesejáveis e, sem dúvida, políticos, podendo colocar em causa o próprio futuro da União Europeia.

O Secretariado Nacional da UGT, reunido a 18 de Março de 2016, em VISEU, considera essencial que:

- **O Governo Português, no Conselho Europeu de 17 e 18 de Março e em toda a sua actuação futura, intensifique os seus esforços na defesa de uma governação para a União Europeia, que combata as tentações de divisionismo, reequilibre as vertentes económica e social, e garanta:**
 - **Um crescimento inclusivo, em que o emprego, a educação e a formação ao longo da vida, o combate às desigualdades e à pobreza sejam dimensões centrais, tendo sempre o bem-estar dos cidadãos como objectivo-último das políticas;**
 - **Os direitos fundamentais do trabalho, nomeadamente os direitos à negociação e acção colectivas e o direito a um salário e condições de trabalho justas e dignas, nomeadamente no quadro da discussão do Semestre Europeu, do reforço do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e de todo o normativo europeu;**
 - **A criação de legislação específica sobre a perspectivada União Bancária, quer ao nível da regulação, quer da supervisão financeiras, por forma a monitorizar e a prever, por antecipação, a ocorrência de situações dramáticas para os trabalhadores, os depositantes e os contribuintes em geral, como sucedeu em Portugal nos casos mais notórios e mediatizados do BPN e do BES;**
 - **O respeito pelos direitos humanos, particularmente relevante e actual no drama humanitário dos refugiados;**
 - **O respeito pelo espírito solidário e de convergência, fundador da União Europeia e essencial para a construção de um espaço de paz e de verdadeira coesão económica, social e territorial.**

- **No plano nacional, sejam assegurados o envolvimento efectivo e a incorporação da visão dos parceiros sociais, desde a fase de preparação do Plano Nacional de Reformas, a enviar a Bruxelas em Abril próximo, bem como**

em todas as restantes fases e processos associados à governação europeia, como é o caso do Semestre Europeu;

- O diálogo social, no plano nacional e europeu e nos seus vários níveis, seja assumido e valorizado, na prática como na letra das Leis Fundamentais e dos Tratados, como elemento integrante e nuclear do Modelo Social Europeu e que os parceiros sociais, pela capacidade e empenho que sempre revelaram - quando tal lhes foi permitido - na obtenção de compromissos e construção de soluções, sejam encarados como um motor do Progresso Social.

O Secretariado Nacional da UGT exprime ainda, nesta data e de forma enfática, a sua satisfação e reconhecimento pelo elevado sentido de responsabilidade com que os sindicatos dos bancários da FEBASE, à semelhança de outros processos análogos, que têm vindo a ocorrer no sector bancário, têm participado no processo de reestruturação do Novo Banco, protegendo os direitos dos trabalhadores e permitindo, de uma forma discreta, mas consolidada, que este processo decorra com tranquilidade, na defesa dos seus direitos laborais e contratuais.

Tal situação só foi possível com o envolvimento decisivo que foi conseguido junto do Governo e da Administração do Novo Banco, através do aprofundamento do diálogo responsável e com sentido de compromisso dos sindicatos dos bancários da UGT, agregados na FEBASE.

O Secretariado Nacional deliberou, ainda, sublinhar a necessidade de uma discussão profunda em torno de desafios centrais, como a Natalidade – tema trazido a esta sessão pelo Presidente da Câmara Municipal de Viseu, Dr. Almeida Henriques –, o combate às desigualdades sociais e a promoção do desenvolvimento/coesão territorial sustentável, que exigem respostas e

soluções consensualizadas, com um forte empenho e envolvimento de toda a sociedade.

O SECRETARIADO NACIONAL

Viseu, 18 de Março de 2016

Aprovada por Unanimidade e Aclamação